

Notícias do dia 16 de maio



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 21

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Polêmica sobre o teto entra na discussão da LDO de 2025 ..... 4

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO  
TCE - GO

Servidor estadual tem reajuste de 4,62% ..... 6

ALÔ VALPARAÍSO - VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 7

JORNAL B NEWS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Sancionada data-base para servidores estaduais ..... 8

POP TV NEWS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 9

JORNAL O PARLAMENTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 10

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada em Goiás ..... 11

BOLETIM GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 12

AGÊNCIA CORA CORALINA DE NOTÍCIAS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 13

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Caiado reforça 'parceria' em meio ao debate do teto ..... 14

ATRICON  
TCE - GO

Atricon, IRB e Tesouro Nacional iniciam trabalhos do Acordo de Cooperação Técnica  
..... 16

DE MINUTO A MINUTO - ONLINE - REGIONAIS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 17

GOVERNO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Sancionada data-base para servidores estaduais ..... 18

JORNAL O DESPERTAR - VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada ..... 19

PANORAMA GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO



Sexta-Feira, 17 de Maio de 2024

Sancionada data-base para servidores estaduais.....	20
PORTAL DO ALAN - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada.....	21
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Semad participa de evento sobre transparência e democracia ambiental, em Brasília .....	22
TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada.....	23
BLOG DO ALAN RIBEIRO - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada.....	24
BLOG DO ALTAIR TAVARES - GO - NOTÍCIAS TCE - GO	
Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada.....	26
OPINANDO - GO - POLÍTICA TCE - GO	
Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada.....	27

# Polêmica sobre o teto entra na discussão da LDO de 2025

Rubens Salomão rubens.salomao@opopular.com.br

A troca de críticas e de respostas, a partir de nota técnica em que a Secretaria Estadual de Economia aponta rompimento do teto de gastos por quatro poderes ou órgãos autônomos, integra debate, nos bastidores, sobre as regras a serem aplicadas para a execução do orçamento estadual em 2025.

A principal divergência ocorre depois que o texto enviado pelo Executivo à Assembléia Legislativa do Estado (**Alego**) retoma regra para cumprimento individualizado do limite imposto pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), mesmo depois de alteração na Constituição Estadual para que apenas o limite global do estado seja considerado.

A nota técnica enviada pelo Executivo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi revelada pela jornalista Cileide Alves, da CBN **Goiânia**, ainda na segunda-feira (13), e recebida pela direção dos poderes como um "recado" em relação à LDO.

O documento da Secretaria da Economia aponta que Tribunal de Justiça (TJ-GO), De-fensoria Pública do Estado (D-PE), Assembléia Legislativa (**Alego**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) ultrapassaram o teto de gastos estabelecido pela Lei Complementar 159/2017, que instituiu as regras do RRF.

A avaliação nos órgãos é de que foi simbólico o envio da nota técnica à STN na mesma semana em que houve protocolo na **Alego** do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e que os cálculos sobre o rompimento do teto individual tenham vindo à tona justamente depois da publicação, pelo Gi-ro. de que a LDO não teria tramitação iniciada enquanto não houver acordo sobre o teto de gastos.

A impressão dos envolvidos é de que, apesar de admitir a validade da prestação de contas globais, o governo teria a intenção de manter ajustes mais rígidos sobre os outros órgãos para que possa liberar as próprias despesas e investimentos.

O texto da governadoria mantém as regras para cumprimento do limite por cada poder, com base no valor da despesa primária de 2021, somada à inflação do período, como define o RRF. O texto gerou reação

entre os poderes, que esperavam a manutenção da avaliação apenas pelo resultado geral do estado. O critério de fiscalização pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** já havia sido alterado em fevereiro, por meio de acordo entre os representantes e o governador Ronaldo Caiado (UB).

A intenção agora é alterar o texto da governadoria para fazer valer regra mais flexível aos poderes e órgãos, seguindo a Emenda Constitucional 79, de 21 de fevereiro. A PEC foi apresentada com a justificativa de que adequaria a Constituição Estadual às regras adotadas pela STN para acompanhar o cumprimento de metas de **Goiás** no Regime de Recuperação.

Ao todo, a LDO cita a Lei Complementar 159 em 43 oportunidades. Os integrantes dos poderes citam, com mais preocupação, trechos do artigo 26, que antecipa as referências para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2025. O trecho aponta que "a soma das despesas não poderá exceder os valores nominais empenhados no exercício de 2021, corrigidos pela variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, entre 2022 e 2025".

O trecho aponta, nominalmente, que o teto referente ao RRF deve ser regra para o Executivo, mas também pelo "Legislativo e Judiciário, bem como para os órgãos governamentais autônomos: **Tribunal de Contas do Estado** e Tribunal de Contas dos Municípios, Defensoria Pública Estadual e Ministério Público Estadual".

A mensagem entendida a partir da apresentação do rompimento individual pela nota técnica, somada ao texto da LDO, foi prontamente endereçada nas notas de resposta das quatro instituições, principalmente pelo tom mais duro do TJ e da **Alego**, que apontaram "metodologia equivocada" e defenderam que o cumprimento do limite deve ser verificado pelo valor global do estado, que teve folga de R\$ 403 milhões no fechamento de 2023, apesar do resultado negativo de quatro órgãos.

## TRAMITAÇÃO

Questionado pela reportagem sobre o debate travado em torno das regras para o teto de gastos na LDO, o presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), preferiu não detalhar as conversas, mas confirmou que a proposta

será alvo de mudanças. "Nós vamos fazer uma reunião com todos os poderes para, depois, iniciarmos a tramitação. Mas uma coisa é certa: teremos alterações", define.

A Secretaria de Economia foi procurada sobre a possível reunião com os poderes, mas não respondeu até o fechamento desta edição. A pasta, comandada por Selene Peres, também não detalhou por que a LDO inclui o teto individual, mesmo depois da alteração da regra na Constituição Estadual. A expectativa, no entanto, é que a tramitação seja iniciada apenas em junho.

Deputados debatem regos: Legislativo quer limite pelo valor global

Assembléia aprova PL para prorrogação de emendas

Os deputados estaduais aprovaram por unanimidade, nesta quarta-feira (15), o projeto de lei que amplia por mais dois anos a validade de emendas impositivas apresentadas ao orçamento de 2023.0 texto, de autoria do vice-líder do governo na Assembléia Legislativa (**Alego**), mantém válidas as indicações parlamentares, mesmo depois da não execução no exercício do ano passado.

A matéria prevê prorrogação automática do "prazo de execução pelos Municípios do objeto das emendas individuais impositivas", mas aponta que a possibilidade será aplicada para os recursos que já têm "plano de trabalho homologado por portaria da Secretaria de Estado da Saúde e cujos recursos já foram transferidos ao respectivo Fundo Municipal de Saúde". Segundo Wilde, os casos se referem a falhas técnicas das próprias prefeituras no contato com o governo estadual. "Muitas vezes pede diligência para adequar esse projeto e acaba que emenda não é cumprida e o recurso volta para o cofre do estado", diz. Além da prorrogação de prazo para o cumprimento das indicações, deputados da base aliada ao Palácio das Esmeraldas mantêm articulação para aprovar o aumento no índice da receita corrente líquida destinado às emendas impositivas. A avaliação entre governistas ouvidos pela reportagem é que a PEC não será votada ao fim do prazo regimental de dez sessões, principalmente pelo esfriamento do tema depois da negativa apresentada por Caiado em reunião com a base.

A expectativa, no entanto, é que os aliados terão menos amarras depois das eleições municipais, quando o tema deverá ser retomado para a aprovação dos 2% para o orçamento impositivo.

Site: <https://opopular.com.br/digital/16-maio-2024/1o-caderno>

# Servidor estadual tem reajuste de 4,62%

+++ Transcrição +++ foi sancionada a lei que garante reajuste salarial para os servidores públicos estaduais. O aumento passa a valer já no pagamento referente agora, ao mês de maio. John William tem mais detalhes aí. Oi John, boa noite. Oi Luciano, boa noite para você e a todos. Salário que é pago já no fim deste mês, portanto os servidores vão receber o salário de maio já com o reajuste, que é o índice aplicado da inflação do ano passado, 4,62%. Vão ser beneficiados com esse reajuste? Os servidores do Poder Executivo do Governo do Estado é, e tanto, os servidores da Ativa, como os aposentados, também os funcionários do **Tribunal de Justiça de Goiás**, do **Tribunal de Contas dos Municípios**, do **Tribunal de Contas do Estado** da Assembleia Legislativa, da Defensoria Pública e também do Ministério Público. A estimativa, não é o impacto que esse reajuste deve causar aos cofres públicos é de 619 milhões de reais. Luciano. Oi John, muito obrigado pelas informações. Agora 7 horas e 33 minutos. Começa hoje a Pecuária. A primeira noite da Pecuária, meio milhão de pessoas são esperadas na festa.

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2024/05/16/TVANHANGUER>

**AAFTVGLOBOGOINIAGO-19.32.24-19.33.39-**

**1715899419.mp4**

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

Servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio.

A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado na quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio.

No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria.

As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Alô Valparaíso/\* Com as informações da Secom - GO  
/ Foto: Arquivo

**Site:** <https://alovalparaiso.com.br/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>

# Sancionada data-base para servidores estaduais

**Por: Redação Fonte: Secom Goiás**

Servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio.

A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado na quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio.

No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria.

As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

**Site:**

**<https://jornalbnews.com.br/noticia/14419/sancionada-data-base-para-servidores-estaduais>**

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela. O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões. O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

**Site:** <https://www.poptvnews.com.br/estado/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do **Tribunal de Contas dos Municípios** (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

\_Fotos: Secom\_

\*Legenda:\* Governador Ronaldo Caiado garante pagamento de data-base a servidores: valor é retroativo a 1º de maio

\*Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás\*

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do **Tribunal de Contas dos Municípios** (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário

Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

\_Fotos: Secom\_

\*Legenda:\* Governador Ronaldo Caiado garante pagamento de data-base a servidores: valor é retroativo a 1º de maio

\*Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás\*

**Site:** <http://oparlamento.com.br/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada em Goiás

A Redação

Goiânia - Foi publicada, na última quarta-feira (15/5), em suplemento do Diário Oficial de Goiás, a lei que garante o pagamento de reajuste de 4,62% nos vencimentos de servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do **Tribunal de Contas dos Municípios** (TCM). A decisão foi sancionada pelo então governador em exercício do Estado, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Leia mais:

Governo propõe aumento de 13% a 31% a professores até 2026

**Site:** <https://www.aredacao.com.br/noticias/209987/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada-em-goias>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

**Milkylenne Cardoso**

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

**Site:** <https://boletimgoias.com.br/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

*Juliana Carnevalli*

Servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio.

A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado na quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio.

No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria.

As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

**Site:** <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/119581-lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada>

# Caiado reforça 'parceria' em meio ao debate do teto

Peixoto e Caiado na celebração: governador relembrou o ajuste fiscal (Carlos Costa)

Na primeira agenda em **Goiás** depois do retorno de viagem à Nova York, Ronaldo Caiado (UB) discursou em defesa da manutenção da parceria entre poderes e órgãos autônomos para enfrentar "várias situações a serem superadas" no estado. O governador indicou que reforça o posicionamento, enviado no texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, para que todas as instituições continuem submetidas ao teto de gastos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A manutenção da regra nas indicações para o próximo orçamento, mesmo depois da flexibilização realizada em fevereiro para a fiscalização pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, gerou insatisfação entre integrantes dos poderes, que articulam por mudanças no projeto enviado pelo governador à Assembleia Legislativa de **Goiás (Alego)**. O texto sequer foi lido no plenário e a disputa nos bastidores deve levar a tramitação para o próximo mês de junho.

Segundo apurado pela reportagem, ao longo da semana e durante a troca de críticas que envolveu a Secretaria da Economia, Caiado reforçou entre auxiliares a intenção de manter o teto para todos os poderes. A meta é liberar recursos para investimentos, enquanto não é possível flexibilizar a regra do RRF ou mesmo sair do regime.

O governador fez questão de participar da missa em comemoração ao aniversário de 50 anos do presidente da **Alego**, Bruno Peixoto (UB), no auditório da Casa. "Me esforcei para estar aqui", disse Caiado no discurso. Os indicativos sobre manutenção do limite para despesas primárias dos poderes e órgãos autônomos foram apresentados logo no início do discurso, quando o governador agradeceu pelas palavras do arcebispo de **Goiânia**, Dom João Justino.

"Agradecer em nome de todos os presentes por essa deferência, esse carinho especial e também pela homilia. Pela palavra do senhor buscando cada vez mais esse respeito entre os poderes, com suas autonomias, mas também com a vertente sempre naquilo que seja o desenvolvimento da qualidade de um povo. Do resgate da dignidade do cidadão, na melhoria e esperança de um povo que quer ter direito

também de poder viver com dignidade", afirmou.

O arcebispo defendeu a unidade nos trabalhos dos políticos em **Goiás**, principalmente na **Alego**. "À luz do Evangelho, a partir do quê poderíamos apontar para a unidade? Creio que a unidade está no foco: o serviço ao povo. No caso aqui, o povo goiano. Todos os senhores deputados, presididos neste mandato pelo Bruno Peixoto, têm uma tarefa muito especial: colocar toda a estrutura legislativa a serviço do povo. Num diálogo harmônico, que pode ser enriquecido a cada dia com os outros poderes", pregou o clérigo.

Caiado aproveitou a fala para repetir a defesa pela parceria entre os poderes, buscada por ele desde 2019, com medidas de cortes pelo equilíbrio financeiro, e aprovação de mudanças legislativas necessárias à adesão de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A defesa pela manutenção da parceria foi incluída logo depois dos cumprimentos ao aniversariante.

"Esse jovem que foi meu líder durante quatro anos num governo difícil, em que nós tivemos que superar vários entraves ali naquele momento. Se o governo está bem avaliado, isso se deve exatamente à essa parceria com a Assembleia Legislativa, que eu jamais deixei de homenagear e destacar esse amparo que o governo teve", afirmou.

Poderes

O governador fez questão de citar os outros poderes e órgãos que, além dos deputados estaduais, pretendem alterar a LDO para que deixem de cumprir individualmente o teto de gastos, que passaria a ser apurado apenas em relação ao limite global.

"Também faço aqui referência ao Tribunal de Justiça, ao **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de **Goiás**. E é esse o objetivo que nós temos aí, com várias situações ainda a serem superadas. Ainda temos que melhorar muito e ninguém consegue resolver tudo, mas sempre com aquele objetivo de trabalhar cada vez mais", conclamou.

Caiado ainda apontou que mantém a "obstinação" para seguir com o trabalho de ajuste fiscal e voltou a afirmar que Peixoto, com a missa para o aniversário,

"recebe uma homenagem à altura da sua trajetória", antes de lembrar os cargos ocupados pelo presidente da **Alego**.

"Obviamente, como católico praticante que é, isso tudo interfere no dia-a-dia e nos resultados. Porque tudo que a gente faz aqui, a gente presta conta lá em cima. Então, meus parabéns, muitos anos de vida, muito trabalho, muita dedicação para nós podermos atender aquilo que o povo goiano espera de todos nós", finalizou.

Diferente das visitas à **Alego** na retomada dos trabalhos da Casa, em 15 de fevereiro, ou no evento com conselheiros tutelares, em 17 de abril, o governador não realizou reunião fechada na sala da presidência com deputados ou representantes dos poderes. A passagem ficou restrita ao discurso e os recados deixados durante a missa. A secretária da Economia, Selene Peres, acompanhou a celebração em homenagem a Peixoto, mas não discursou nem realizou qualquer reunião sobre a LDO.

**Site:** <https://opopular.com.br/politica/caiado-reforca-parceria-em-meio-ao-debate-do-teto-1.3137540>

# Atricon, IRB e Tesouro Nacional iniciam trabalhos do Acordo de Cooperação Técnica

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deram início, nesta quinta-feira (16), aos trabalhos do Acordo de Cooperação Técnica 30/2023. Durante reunião virtual, representantes das entidades discutiram as perspectivas em áreas como transparência da gestão fiscal, exercício do controle social e harmonização de conceitos e procedimentos de gestão fiscal.

O ACT 30/2023 tem prazo de 24 meses, prorrogável por igual período, e está focado na eficiência dos resultados apresentados. **Auditor** e Coordenador-Geral do Tesouro Nacional, Alex Teixeira expos os temas que direcionarão os trabalhos: Harmonização Fiscal, com ênfase em Conceitos de Despesas de Pessoal; Matriz de Saldos Contábeis e Compartilhamentos de Dados; Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); Consórcios Públicos; e Auditoria Financeira.

Como efeitos práticos, o grupo espera o aperfeiçoamento de ferramentas como o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Além disso, a melhoria dos processos de coleta e transformação de dados, a criação e implementação de mecanismos de compartilhamento de dados recebidos pelo sistema de transferência de dados e a definição de conceitos e procedimentos contábeis e de gestão fiscal referentes à despesa total com pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aos consórcios públicos e aos RPPS, direcionarão a harmonização conceitual entre as Cortes de Contas e o Tesouro.

O presidente da Atricon, Edilson Silva, destacou os desafios do controle externo no acompanhamento das contas públicas e afirmou que "tudo passa pela harmonização de conceitos". "O Brasil é muito grande. Temos de ter um olhar humano sobre isso tudo, com firmeza na aplicação de regras claras e sensibilidade às desigualdades regionais", afirmou. "Mas temos de ter em mente que o equilíbrio fiscal é inegociável", lembrou.

O presidente do IRB, Edilberto Pontes, chamou atenção para o fato de que o assunto, primordialmente técnico, tem grande dimensão política. "A Câmara

Técnica de Procedimentos Contábeis e Fiscais (CTCONF) é muito importante para o diálogo, com o controle e os Tribunais de Contas", avaliou. "Temos de disseminar mais o que tem sido discutido e isso passa pela questão política, uma vez que devemos chamar ministros e demais agentes para interagirem com o tema", disse, lembrando que a presença de autoridades no IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, que ocorrerá em novembro, pode ser importante para o Sistema.

O Subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Heriberto Nascimento, destacou a relevância das falas dos representantes das instituições signatárias, dando destaque ao importante passo que estava sendo dado naquele momento rumo ao aperfeiçoamento das regras fiscais e contábeis no país.

## Resultados

Na reunião foram avaliados, ainda, os resultados do ACT 01/2018, firmado entre as mesmas instituições e que contou com a participação dos 33 Tribunais de Contas. O **Conselheiro Celmar Rech**, que é do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** e será um dos coordenadores do novo ACT, afirmou a importância do colegiado e a necessidade da aproximação institucional. "Existem inúmeras facetas que requerem discussão. Tenho orgulho dos trabalhos desenvolvidos até aqui", mencionou.

Já o **conselheiro** vice-presidente do IRB, Inaldo da Paixão Santos Araújo, classificou os resultados obtidos até agora como uma "revolução silenciosa" da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. "Temos de valorizar o trabalho feito e avançar no tema de auditoria financeira", opinou. "Ainda temos a necessidade de divulgação dos manuais e ferramentas existentes, além de ampliar a capacitação", finalizou.

**Site:** <https://atrimon.org.br/atrimon-irb-e-tesouro-nacional-iniciam-trabalhos-do-acordo-de-cooperacao-tecnica/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

## **Redação**

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

## **Site:**

**<https://www.deminutoaminuto.com.br/2024/05/16/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>**

# Sancionada data-base para servidores estaduais

Servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do **Tribunal de Contas dos Municípios** (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio.

A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado na quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

## Data-base

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio.

No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria.

As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

**Site:** <https://goias.gov.br/sancionada-data-base-para-servidores-estaduais/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

Servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio.

A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio.

No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria.

As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

\*SECOM / GO

**Site:** <https://jornalodespertar.com.br/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>

# Sancionada data-base para servidores estaduais

**Por: Redação Panorama Goiás**

Servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio.

A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado na quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio.

No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria.

As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

**Site:**

**<https://www.panoramago.com.br/noticia/18941/sanciona-da-data-base-para-servidores-estaduais>**

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

**Alan Ribeiro**

Publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado (DOE) da última quarta-feira (15/05), revisão salarial de 4,62% será incluída na folha de pagamento de maio

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Foto: Secom

Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

**Site:** <https://portaldoalan.com.br/2024/05/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>

# Semad participa de evento sobre transparência e democracia ambiental, em Brasília

Representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de **Goiás** (Semad) participaram em Brasília, no dia 14 de maio, do Seminário Internacional de Acesso à Informação, que teve como tema "Transparência e Democracia Ambiental".

De acordo com o Escritório de Compliance da Semad, "foram discutidos temas como a evolução do acesso à informação ambiental na América Latina, a liberdade de expressão e o controle social em questões ambientais, e a abertura de dados ambientais". A Semad foi representada por quatro servidores.

Entre os principais tópicos debatidos durante o seminário, o escritório destaca a necessidade de se desenvolver sistemas integrados de informações ambientais entre órgãos federais, estaduais e municipais, a integração de dados abertos e confiáveis com as agendas ambientais e o desafio de trabalhar dados, informações e transparência de forma eficaz.

"A Semad dispõe de ferramentas como o Portal de Transparência Ambiental, o Aplicativo de Denúncia e Fiscalização (Inã), o Sistema de Informações Geográficas Ambientais do Estado de **Goiás** (Siga), e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos no Estado de **Goiás** (Sirhgo), que contribuem para a transparência ambiental e para o acesso da sociedade à informação", afirma o escritório.

## Transparência

Um dos eixos do programa de compliance público do Governo de **Goiás** é o "Fomento à Transparência", que visa fortalecer a divulgação de informações públicas. Ele propõe uma análise da transparência ativa, conduzida pela Controladoria-Geral do Estado de **Goiás** (CGE) em colaboração com o Tribunal de Contas de **Goiás** (TCE), e o estabelecimento de critérios de avaliação das páginas de acesso à informação, alinhados às normas nacionais e estaduais, bem como às diretrizes da Atricon (Resolução nº 01/2023).

Os objetivos desse eixo incluem estimular o desenvolvimento contínuo das melhores práticas de

entrega de informações à sociedade, fortalecer o controle social e combater a corrupção. Além de reconhecer os esforços nesse sentido é fundamental, premiando os mais destacados com selos de excelência em transparência pública, a exemplo do Prêmio **Goiás** Mais Transparente (que em 2024 está na sua 6ª edição). (<https://transparencia.go.gov.br/6a-edicao-do-premio-goias-mais-transparente/>)

**Site:** <https://goias.gov.br/meioambiente/semad-participa-de-evento-sobre-transparencia-e-democracia-ambiental-em-brasilia/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

*Por Redação Tribuna do Planalto em 16/05/2024 - 15:04*

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

**Site:** <https://tribunadoplanalto.com.br/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

Publicada em suplemento do Diário Oficial do Estado (DOE) da última quarta-feira (15/05), revisão salarial de 4,62% será incluída na folha de pagamento de maio

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Foto: Secom

Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

Alan inicia seus trabalhos com o único objetivo, trazer a todos informação de qualidade, com opinião de pessoas da mais alta competência em suas áreas de atuação.

**Site:** <https://blogdoalanribeiro.com.br/2024/05/16/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e->

***sancionada/***

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Leia mais sobre: Governo de Goiás / Goiás

**Site:** <https://altairtavares.com.br/goias/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/71184/>

# Lei que garante data-base para servidores estaduais é sancionada

***Cloves Reges Maia***

Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás, além do Ministério Público (MPGO), do Magistério, da Defensoria Pública (DPEGO), do **Tribunal de Contas do Estado** (TCEGO) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) vão receber reajuste de 4,62% em seus vencimentos neste mês de maio. A lei que garante o pagamento foi publicada em suplemento do Diário Oficial na última quarta-feira (15/05), após sanção do então governador em exercício, Daniel Vilela.

O percentual foi aprovado em duas etapas na Assembleia Legislativa do Estado (**Alego**) e corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2023, incidindo sobre os valores de tabelas, proventos e pensões vigentes desde 1º de maio. No caso do Poder Executivo, se estende ao pessoal civil e militar, ativo e inativo, além de pensionistas e docentes da Secretaria da Educação (Seduc). O impacto para os cofres públicos é superior a R\$ 619 milhões.

O governador Ronaldo Caiado, autor do projeto enviado à Casa, explicou que o índice "provém das reuniões de alinhamento entre representantes do governo e das entidades sindicais do Fórum dos Servidores", conforme justificativa apresentada na matéria. As tratativas consideraram aspectos como a redução das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as projeções do Estado após a aprovação da Reforma Tributária e as restrições do Regime de Recuperação Fiscal, em que Goiás ingressou no final de 2021.

Com informações da Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

**Site: <https://nosopinando.com.br/lei-que-garante-data-base-para-servidores-estaduais-e-sancionada/>**